

Imbil Indústria e Manutenção de Bombas Ita S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

1 Contexto operacional

a Objetivo social

A Imbil Indústria e Manutenção de Bombas Ita S.A. (“Companhia” ou “IMBIL”), com sede e foro na cidade de Itapira SP, tem por objetivo social a fabricação, comercialização, manutenção, importação e exportação de bombas centrífugas mono e multiestágios, máquinas, equipamentos, implementos agrícolas, usinagem por conta de terceiros, fundição para terceiros, fabricação de moldes e ferramentais para fundição, estamparia, locação de imóveis e representação comercial.

b Reestruturação societária

No exercício, a Imbil Indústria e Manutenção de Bombas Ita Ltda realizou processo de reestruturação societária, contemplando a transformação de sua natureza jurídica e reorganização de seu capital social, conforme as deliberações tomadas pelos acionistas.

Transformação em Sociedade Anônima

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 17 de outubro de 2025, a então sociedade limitada deliberou por sua transformação em sociedade anônima de capital fechado, passando a adotar a denominação de Imbil Indústria e Manutenção de Bombas Ita S.A.

A transformação ocorreu sem descontinuidade das operações, preservando-se direitos, obrigações e a totalidade do patrimônio da sociedade.

Com a conclusão da transformação, a Companhia passou a observar a estrutura legal e regulatória prevista na **Lei nº 6.404/76** (Lei das S.A.), requisitos formais de governança corporativa, registros e demonstrações societárias e organização das participações em classes distintas de ações, conforme definido em estatuto.

Capital social e composição das ações

Nos termos aprovados em assembleia, o capital social da companhia foi fixado em: R\$ 60.866.296,00 (sessenta milhões, oitocentos e sessenta e seis mil, duzentos e noventa e seis reais), integralmente subscrito mediante conversão do capital social existente na antiga sociedade limitada, dividido em 60.866.296 ações nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, sendo:

- 30.433.148 Ações Ordinárias Nominativas (ON);
- 30.433.147 Ações Preferenciais Nominativas Classe “A” (PN-A); e
- 1 Ação Preferencial Nominativa Classe “E” (PN-E).

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a **Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas – NBC TG 1000 (R1), e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas são de responsabilidade da Administração da Companhia, cuja autorização para sua conclusão foi dada em 24 de abril de 2026.

b **Mensuração de valor**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

c **Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras foram apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma em nota explicativa.

d **Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação das demonstrações financeiras, conforme as normas aplicáveis às pequenas e médias Empresas – NBC TG 1000 (R1), a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Perdas com créditos esperadas (PCE)** – Constituição de provisão para as perdas com créditos esperadas de cada cliente, face à revisão dos históricos de atraso dos títulos, a expectativa de inadimplência e suas estimativas. O julgamento feito com base na perda histórica e esperada pode divergir do valor que será realizado, face às características singulares de cada cliente conforme nota explicativa 6.
- **Provisão para perdas de estoque** - Constituição de provisão para as perdas estimadas pela não realização dos estoques, para os itens sem movimentação há mais de 720 dias. O julgamento feito com base na perda estimada e esperada pode divergir do valor que será realizado, face às características singulares de cada produto e utilizações futuras conforme nota explicativa 7.
- **Ativo e passivo fiscal diferidos** – Reconhecimento do ativo e passivo fiscal diferido sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa considerando a expectativa de realização através de estimativas de lucros tributáveis futuros. As premissas e estimativa de realização do ativo e passivo fiscal diferido é revisado anualmente. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas no cálculo do ativo e passivo fiscal diferido estão incluídas na nota explicativa 8.
- **Revisão da vida útil do ativo imobilizado**– A Companhia reconhece a depreciação de seu ativo imobilizado com base em vida útil estimada, que é baseada nas suas práticas e experiência prévia e refletem a vida econômica desses ativos. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar em decorrência de diversos fatores. As vidas úteis do imobilizado também afetam os testes de recuperação de seu custo e estão demonstradas na nota explicativa 9.
- **Provisão para contingências e passivos contingentes** – Constituição de provisão para contingências e divulgação de passivos contingentes para ações de natureza cível, tributárias e trabalhistas, conforme notas explicativas 14. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

e Mensuração do valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes independentes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos.

A Companhia usa a seguinte hierarquia para estimar o valor justo de ativo:

- A melhor evidência do valor justo é o preço cotado para ativo idêntico (ou ativo similar) em mercado ativo;

- Quando os preços cotados estão indisponíveis, utiliza-se o preço de contrato de venda fechado ou transação recente para ativo idêntico (ou ativo similar) em transação em bases usuais de mercado entre partes conhecedoras e interessadas; e
- Outras técnicas para estimar qual seria o preço da transação na data da avaliação na troca entre partes não relacionadas, motivadas por considerações normais de negócio.

3 Resumo das políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis materiais adotadas pela Companhia nessas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma em notas explicativas.

a Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos ou perdas cambiais, oriundos da conversão de moeda estrangeira, são reconhecidos no resultado.

b Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros não derivativos, substancialmente como instrumentos financeiros básicos, em conformidade com a política contábil da Companhia e por atender as condições da seção 11 da NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, portanto, são ativos financeiros básicos: i) caixa e bancos; ii) contas a receber de clientes; iii) outros créditos; e iv) créditos a receber de partes relacionadas.

Os passivos financeiros básicos são: i) fornecedores; ii) empréstimos e financiamentos; iii) contas a pagar – ex-cotistas; iv) mútuos a pagar com partes relacionadas; e v) outras contas a pagar.

Ativos e passivos financeiros básicos são mensurados pelo custo amortizado.

A Companhia reconhece os ativos e passivos financeiros básicos inicialmente na data em que foram originados, exceto os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Após o reconhecimento inicial, os ativos e passivos financeiros básicos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

A Companhia desreconhece (baixa) um ativo financeiro apenas quando:

- Os direitos contratuais para os fluxos de caixa do ativo financeiro vençam ou sejam liquidados; ou
- A Companhia transfira para outra parte praticamente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro; ou
- A Companhia, apesar de ter retido alguns riscos e benefícios relevantes da propriedade, transferiu o controle do ativo para outra parte e a outra parte tem a capacidade prática de vender o ativo na íntegra para terceiros não relacionados, e é capaz de exercer essa capacidade unilateralmente, sem precisar impor restrições adicionais à transferência.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro (ou parte do passivo financeiro) apenas quando ele é extinto - ou seja, quando a obrigação especificada no contrato é cumprida, cancelada ou expira.

Os ativos e passivos financeiros básicos são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando em consideração as cotações de mercado ou as informações de mercado que possibilitem tal cálculo.

d Contas a receber de clientes

As contas a receber referem-se a valores a receber pela venda de produtos no curso normal das atividades da Companhia. Se o período de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, elas são apresentadas em ativos não circulantes.

As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas ao valor justo e, subsequentemente, mensuradas ao custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas com créditos esperadas (nota explicativa 6). Quando julgado necessário pela Administração, é registrada provisão para perdas com créditos esperados em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na sua realização.

e Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou de produção que não é superior ao valor líquido de realização. O custo de produção é determinado pelo método de absorção dos custos industriais.

A provisão para perdas e obsolescência é constituída para itens de estoque sem expectativa de movimentação para cobrir prováveis perdas na sua realização.

f Imobilizado

f.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado são reconhecidos em outras receitas (despesas) no resultado.

f.2 Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

f.3 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo entra em operação.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g Intangível

Os ativos intangíveis são compostos pelo custo incorrido na aquisição de software, os quais são amortizados levando em conta a vida útil estimada de cinco a doze anos.

h Avaliação ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

h.1 Ativos financeiros

Ativos financeiros classificados como custo amortizado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

Para contas a receber de clientes, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

h.2 Ativos não financeiros

A administração da Companhia deve revisar anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável (*impairment*), em contrapartida do resultado.

Se uma perda por redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável, mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a administração da Companhia desconhece a perda por deterioração de ativos ou mudança nas circunstâncias de negócio, que justifiquem o reconhecimento de uma perda em função da não recuperação dos referidos ativos.

i Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, líquido dos custos incorridos da transação e, posteriormente, demonstrados pelo custo amortizado. Os custos são reconhecidos no resultado do exercício, em despesas financeiras, conforme incorridos.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo ou financiamento de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido.

Os empréstimos e financiamentos com vencimento até o encerramento do próximo exercício social estão classificados no passivo circulante, e os com prazos superiores no passivo não circulante.

j Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por mercadorias, bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da nota fiscal/fatura correspondente.

k Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada como resultado de eventos passados quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e quando o valor possa ser estimado com segurança. As provisões para riscos e contingências quando constituídas são registradas por valores atualizados, com base nas melhores estimativas de perdas estabelecidas pelos assessores jurídicos da Companhia.

l Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável do exercício.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação, prejuízos fiscais e base negativa.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado.

m Demais ativos, passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro.

Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário.

n Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As políticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

Mudanças de expectativas são reconhecidas no exercício que ocorrerem.

o Capital social

As ações do capital são classificadas como patrimônio líquido, conforme nota explicativa 15.

p Reconhecimento de receitas

A receita compreende o valor justo recebido ou a receber pela venda de insumos agrícolas e prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos tributos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

p.1 Receita com venda de mercadorias

A Companhia reconhece a receita na venda de mercadorias quando são satisfeitas todas as seguintes condições: (a) a Companhia tenha transferido para o comprador os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos produtos; (b) a Companhia não mantenha envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade, nem efetivo controle de tais produtos; (c) o valor da receita pode ser mensurado de forma confiável; (d) é provável que os benefícios econômicos associados com a transação fluirão para a entidade; (e) os custos incorridos ou a incorrer com relação à transação podem ser mensurados de forma confiável.

p.2 Receita com prestação de serviços

A receita com a prestação desses serviços é reconhecida quando o serviço é concluído e o documento fiscal é emitido.

q Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Rendimentos sobre aplicação financeira;
- Variação cambial;

- juros sobre ativo;
- descontos obtidos;
- juros sobre o passivo; descontos concedidos; e
- outras receitas e despesas financeiras.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Caixa	181	184
Depósitos bancários em conta corrente	2.266	14.698
Aplicações financeiras	5.777	2.923
	<u>8.224</u>	<u>17.805</u>

Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo da Companhia. Em aplicações financeiras estão registrados substancialmente certificados de depósito bancário - CDB, remunerados com base em percentual da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), conforme o valor, o prazo e a época da aplicação. As aplicações financeiras são realizadas em instituições financeiras de primeira linha, no intuito de manter o poder aquisitivo da moeda corrente (Real) e gerar rendimentos seguros para a manutenção das operações, podendo ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos.

5 Aplicações financeiras

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Certificados de depósitos bancários - CDB	23.961	18.460
Renda fixa - letra financeira (LF)	34.175	17.776
Fundo de investimento	7.590	5.052
	<u>65.726</u>	<u>41.288</u>
Circulante	58.136	37.379
Não circulante	7.590	3.909
	<u>65.726</u>	<u>41.288</u>

Os Certificados de Depósito Bancário - CDB, são indexados por: i) de 100% a 103% (95% a 118% em 2024) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI; ou ii) por juros pré-fixados entre 14% a.a. e 15,34% a.a. (13% a.a. e 17,17% a.a. em 2024). As aplicações em renda fixa - Letras Financeiras (LF), são remuneradas com: i) juros pré-fixados entre 11,85% a.a. e 13,90% a.a. (13,64% a.a. e 15,10% a.a. em 2024); ou ii) pelo Certificado de Depósito Interbancário – CDI + 2,5% de juros a.a.

Todas as aplicações são resgatáveis nas datas de seus vencimentos.

6 Contas a receber de clientes

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Mercado interno	53.114	51.835
Mercado externo	12.211	14.402
Contas a receber - partes relacionadas (nota explicativa 13)	4.133	4.936
	<u>69.458</u>	<u>71.173</u>
(-) Perdas com créditos esperadas - PCE (i)	<u>(10.013)</u>	<u>(11.186)</u>
	<u>59.445</u>	<u>59.987</u>

- (i) As perdas com créditos esperadas foram calculadas com base na análise de riscos dos créditos, que contempla a situação individual dos clientes, as garantias reais que suportam tais créditos e a avaliação dos consultores jurídicos. A provisão elaborada pela Administração da Companhia é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas de contas a receber.

A Companhia avaliou o ajuste a valor presente das contas a receber de clientes nas datas dos balanços, e concluiu que não geram efeitos materiais nas demonstrações financeiras.

A composição dos saldos de contas a receber de clientes por idade de vencimentos é como segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
A vencer	27.000	22.135
Vencidos até 30 dias	11.243	14.216
Vencidos de 31 a 60 dias	6.304	3.097
Vencidos de 61 a 90 dias	2.095	1.779
Vencidos de 91 a 120 dias	1.549	2.425
Vencidos de 121 a 150 dias	2.725	919
Vencidos de 151 a 180 dias	2.048	1.512
Vencidos a mais de 180 dias	16.494	25.090
	<u>69.458</u>	<u>71.173</u>

A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada tipo de contas a receber mencionada acima.

7 Estoques

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Matérias-primas e embalagens	14.295	11.605
Produtos acabados	6.192	3.895
Produtos em elaboração (i)	5.811	3.732
(-) Provisão para perdas de estoques (ii)	<u>(2.773)</u>	<u>(2.771)</u>
	<u>23.525</u>	<u>16.461</u>

- (i) O saldo de produtos em elaboração é composto pelos valores dos gastos e materiais agregados aos projetos cujo período para conclusão é inferior a doze meses.

- (ii) A provisão para perdas pela não realização de estoques tem o seguinte critério: perdas por obsolescência e para movimentação lenta de estoques nos itens sem movimentação há mais de 720 dias.

A administração da Companhia julga suficiente a provisão para perdas dos estoques com obsolescência e de baixa movimentação.

8 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os montantes de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados, bem como das diferenças temporárias entre as bases de cálculos dos tributos sobre ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis. As alíquotas são de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social.

O Imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	<u>31/12/2023</u>	<u>Resultado</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>Resultado</u>	<u>31/12/2025</u>
Ativos					
Perdas de créditos esperadas	477	532	1.009	(399)	610
Perdas de estoques obsoletos	587	356	943	-	943
Provisão para contingências	3.606	24	3.630	3.074	6.704
Variação cambial passiva	2.887	(1.364)	1.523	150	1.673
Prejuízos fiscais e base negativa	2.379	(2.379)	-	-	-
Total	<u>9.936</u>	<u>(2.831)</u>	<u>7.105</u>	<u>2.825</u>	<u>9.930</u>
Passivos					
Variação cambial ativa	(3.234)	2.483	(751)	(978)	(1.729)
Depreciação acelerada Lei 14.871	-	(998)	(998)	(999)	(1.997)
Total	<u>(3.234)</u>	<u>1.485</u>	<u>(1.749)</u>	<u>(1.977)</u>	<u>(3.726)</u>
Líquido	<u>6.702</u>	<u>(1.346)</u>	<u>5.356</u>	<u>848</u>	<u>6.204</u>

9 Imobilizado

a Composição do saldo

		<u>2025</u>		<u>2024</u>	
	<u>Taxa anual de depreciação</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Instalações e máquinas e equipamentos	De 4% a 50%	71.813	(42.519)	29.294	23.541
Móveis, utensílios e informática	De 4% a 40%	3.034	(2.603)	431	230
Veículos	De 10% a 25%	5.678	(2.709)	2.969	3.520
Construção em andamento	-	1.736	-	1.736	237
Adiantamento para aquisição de imobilizado	-	-	-	-	3.976
Consórcios	-	174	-	174	24
		<u>82.435</u>	<u>(47.831)</u>	<u>34.604</u>	<u>31.528</u>

b Movimentação do custo de aquisição

	Saldos em 31/12/2024	Aquisições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2025
Instalações e máquinas e equipamentos	62.729	9.829	(10.975)	10.230	71.813
Móveis, utensílios e informática	2.772	257	(2)	7	3.034
Veículos	5.374	442	(139)	1	5.678
Construção em andamento	237	2.283	-	(784)	1.736
Adiantamento para aquisição de imobilizado	3.976	5.478	-	(9.454)	-
Outros	24	150	-	-	174
	75.112	18.439	(11.116)	-	82.435

	Saldos em 31/12/2023	Aquisições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2024
Instalações e máquinas e equipamentos	57.700	6.193	(3.900)	2.736	62.729
Móveis, utensílios e informática	2.740	159	(127)	-	2.772
Veículos	2.725	3.173	(524)	-	5.374
Construção em andamento	-	237	-	-	237
Adiantamento para aquisição de imobilizado	395	6.317	-	(2.736)	3.976
Outros	-	24	-	-	24
	63.560	16.103	(4.551)	-	75.112

c Movimentação da depreciação acumulada

	Saldos em 31/12/2024	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2025
Instalações e máquinas e equipamentos	(39.188)	(4.115)	784	(42.519)
Móveis, utensílios e informática	(2.542)	(61)	-	(2.603)
Veículos	(1.854)	(865)	10	(2.709)
	(43.584)	(5.041)	794	(47.831)

	Saldos em 31/12/2023	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2024
Instalações e máquinas e equipamentos	(39.208)	(2.788)	2.808	(39.188)
Móveis, utensílios e informática	(2.558)	(47)	63	(2.542)
Veículos	(1.301)	(716)	163	(1.854)
	(43.067)	(3.551)	3.034	(43.584)

10 Fornecedores

	2025	2024
Fornecedores nacionais	5.687	8.679
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa 13)	-	630
	5.687	9.309

Referem-se substancialmente à aquisição de mercadorias, bens ou serviços para utilização na operação da Companhia.

A Companhia avaliou o ajuste a valor presente dos fornecedores nas datas dos balanços, e concluiu que não geram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

11 Empréstimos e financiamentos

Modalidades	Encargos financeiros	Vencimento	2025	2024
Pré-Pagamentos de Exportação (PPE)	Variação cambial + juros de 5,25% a.a.	mai/25	-	19.100
Capital de giro em moeda estrangeira - Lei nº 4131	Variação cambial + juros de 5,79% a.a.	jan/24	-	2.125
ACC/ACE	Variação cambial + juros de 6,05% a.a. a 7,05% a.a.	jun/2026 a ago/2027	34.041	10.584
Desconto de recebíveis	Taxa fixa de 16,7% a.a.	dez/26	11.972	-
Consórcio de veículos	-	-	6	4
			46.019	31.813

Financiamentos obtidos para custear a produção de bens destinados à exportação e para capital de giro. São garantidos por carta de crédito e aval dos sócios.

Em 31 de dezembro, o montante registrado no passivo não circulante possui seus vencimentos durante o exercício de 2027.

A Companhia não possui cláusulas restritivas (*covenants*) em seus contratos de financiamentos.

12 Impostos e contribuições a recolher

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
IPI	15	26
IRRF	188	1.077
PIS, COFINS e CSLL retidos	74	224
PIS e COFINS a recolher	3.627	-
ICMS	443	331
INSS	859	939
FGTS	202	107
Parcelamento federal (i)	6.209	8.045
Parcelamento estadual	-	159
ISS	80	58
IRPJ	674	-
CSLL	248	-
Outros	15	134
	<u>12.634</u>	<u>11.100</u>
Circulante	4.488	5.422
Não circulante	8.146	5.678
	<u>12.634</u>	<u>11.100</u>

- (i) Refere-se a parcelamentos de diversos tributos federais: a) parcelamento de INSS sobre a folha de pagamento parcelada em 60 meses, com vencimento final em fevereiro de 2026; b) parcelamentos de IPI, PIS, COFINS e Contribuição Previdenciária, onde a Companhia optou pela desistência de outros parcelamentos anteriores, foi pago 20% do total da dívida e o restante parcelado em 60 meses, vencimento final será em fevereiro de 2026; e c) parcelamentos federais através do PERT, parcelamentos de impostos federais e previdenciários com pagamento em 150 parcelas, com vencimento final em janeiro de 2030.

13 Partes relacionadas

▪ Composição do saldo

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Ativo circulante:		
Contas a receber (nota explicativa 6):		
Imbil Service Ltda. (i)	3.414	3.434
Imbil Glass Soluções em Bomba Ltda. (ii)	719	1.502
	<u>4.133</u>	<u>4.936</u>
Créditos a receber (iii)		
Fundição Imbilinox Ltda.	122	-
Imbil Service Ltda.	1.018	1.697
	<u>1.130</u>	<u>1.697</u>
Passivo circulante:		
Fornecedores (nota explicativa 10):		
Imbil Service Ltda.	-	630
	<u>-</u>	<u>630</u>
Contas a pagar - ex-cotista:		
Cotas adquiridas	-	2.437
Lucros a pagar	-	63
	<u>-</u>	<u>2.500</u>
Passivo não circulante:		
Contas a pagar - ex-cotista:		
Cotas adquiridas	-	9
Lucros a pagar	-	-
	<u>-</u>	<u>9</u>
Mútuo com pessoa física:		
Elza Barizon Siqueira	-	894
	<u>-</u>	<u>894</u>

(i) Vendas de bombas e equipamentos, com prazo médio de 90 dias para o recebimento.

(ii) Refere-se a venda de bombas/equipamentos e serviços de fundição e usinagem.

(iii) Refere-se a disponibilização de recursos, em condições e prazos definidos entre as partes, sem incidência de encargos financeiros.

Durante o exercício, as transações significativas que influenciaram o resultado foram: a) despesas com aluguel pagas a Fundição Imbilinox Ltda., VRVR Administração de Bens Ltda. e MMCS Administração de Bens Ltda., no montante de R\$ 3.457 (R\$ 3.025 em 2024); b) custos com serviços tomados da parte relacionada Imbil Service, no montante de R\$ 11.148 (R\$ 5.635 em 2024); c) receita na venda de produtos à Imbil Service Ltda., no montante de R\$ 78 (R\$ 56 em 2024); e d) receita na venda de produtos e imobilizado à Imbil Glass Soluções em Bomba Ltda., no montante de R\$ 4.115 (R\$ 1.502 em 2024).

14 Provisão para contingências

A Companhia possui ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Tributária	17.320	8.350
Trabalhista	400	332
Cível	<u>2.000</u>	<u>2.000</u>
	<u>19.720</u>	<u>10.682</u>

A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos. Os montantes envolvidos nesses processos foram provisionados. Com base em opiniões de seus assessores jurídicos, a Sociedade não espera perdas no encerramento desses processos além dos valores provisionados.

A Companhia possui outras contingências envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributárias cuja materialização na avaliação dos consultores jurídicos, é possível de perda, mas não provável, para as quais a Administração da Companhia, suportada pela opinião de seus consultores jurídicos, entendem não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda.

De acordo com a legislação fiscal vigente, as declarações de imposto de renda da Companhia dos últimos cinco exercícios e os impostos e as contribuições sociais permanecem sujeitos à revisão e aprovação pelos órgãos competentes por períodos variáveis. Contudo, a Administração é de opinião que, em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, não é conhecida nenhuma situação que determinasse a existência de riscos tributários que devessem ser refletidos nas demonstrações contábeis, além daqueles já registrados.

15 Patrimônio líquido

a Capital social

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 17 de outubro de 2025, foi deliberado pela transformação da IMBIL, até então sociedade limitada, em sociedade anônima de capital fechado, passando a adotar a denominação de Imbil Indústria e Manutenção de Bombas Ita S.A. (nota explicativa nº 1).

Com a conclusão da transformação de sociedade limitada para sociedade anônima, o capital social da Companhia foi fixado em R\$ 60.866, integralmente subscrito mediante conversão do capital social existente na antiga sociedade limitada, dividido em 60.866.296 ações nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, sendo:

	<u>Quantidade das ações</u>	<u>Valor das ações</u>	<u>%</u>
Vladislav Siqueira	40.578.139	40.578.139	66,67%
Mônica Maria Caio Siqueira	20.288.157	20.288.157	33,33%
	<u>60.866.296</u>	<u>60.866.296</u>	<u>100,00%</u>

Em 31 de dezembro de 2024, as cotas do capital social estavam distribuídas da seguinte forma entre os sócios:

<u>Cotista</u>	<u>Quantidade de cotas</u>	<u>Valor das cotas</u>	<u>%</u>
Vladislav Siqueira	40.578.139	40.578	66,67%
Mônica Maria Caio Siqueira	20.288.157	20.288	33,33%
	<u>60.866.296</u>	<u>60.866</u>	<u>100,00%</u>

b Reserva de incentivos fiscais

Refere-se a subvenção de investimento, através de redução na base de cálculo do ICMS apurado sobre a venda de equipamentos industriais e implementos agrícolas.

Conforme previsto no art. 30 da Lei nº 12.973/2014, o crédito de subvenção do ICMS não será computado na determinação do lucro real, ou seja, o crédito será excluído da base de cálculo do IRPJ e CSLL, desde que seja registrado em reserva de lucros. Conforme previsto no art. 30, se o lucro líquido for inferior à parcela decorrente de subvenção, e nesse caso, não puder ser constituída como reserva de lucros, a parcela deverá ocorrer em períodos subsequentes na medida em que ocorrer os lucros.

Esta reserva somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros ou então para aumento do capital social.

c Reserva Legal

A reserva legal corresponde à parcela do lucro líquido do exercício destinada compulsoriamente à constituição de reserva patrimonial, conforme previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76. A companhia deve apropriar 5% do lucro líquido, até que a reserva atinja 20% do capital social.

d Distribuição de lucros/dividendos

Com a conclusão da transformação de sociedade limitada para sociedade anônima, ficou definido pelo estatuto da Companhia que a “Assembleia Geral definirá anualmente o percentual do lucro líquido a ser distribuído como dividendos, respeitado o dividendo mínimo obrigatório por lei”.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi destinado e distribuído lucro aos cotistas no montante de R\$ 37.597 (R\$ 3.843 em 31 de dezembro de 2024).

e Juros sobre o capital próprio

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº. 9.249/95, a Companhia calculou juros sobre o capital próprio com base na taxa de juros de longo prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$ 12.845 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 9.311 em 31 de dezembro de 2024). Esses juros foram apresentados como redução na conta de lucros acumulados.

O imposto de renda e a contribuição social do período findo em 31 de dezembro de 2025 foram reduzidos em cerca de R\$ 4.367 (R\$ 3.166 em 31 de dezembro de 2024), aproximadamente em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas.

16 Receita operacional líquida

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita operacional bruta		
Mercado interno	242.823	220.105
Mercado externo	42.655	36.374
Prestação de serviço	14.683	16.262
	<u>300.161</u>	<u>272.741</u>
Deduções da receita bruta		
Devoluções e cancelamentos	(15.136)	(17.594)
Impostos incidentes sobre a venda	(46.129)	(41.220)
	<u>(61.265)</u>	<u>(58.814)</u>
	<u>238.896</u>	<u>213.927</u>

17 Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Matérias primas	4.666	6.407
Salários e ordenados	25.946	21.655
Materiais secundários	54.719	49.807
Materiais intermediários	5.514	4.849
Serviços de terceiros	15.522	10.155
Encargos sociais	8.032	8.356
Energia elétrica	3.768	3.183
Depreciações e amortizações	4.294	2.826
Benefícios	3.691	3.314
Manutenções e reparos	3.543	4.633
Aluguéis e locações	3.174	2.865
Provisão para perdas de estoque	2	1.045
Outros custos	301	5.613
	<u>133.172</u>	<u>124.708</u>

18 Despesas comerciais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Comissões	7.673	6.815
Serviços de terceiros	6.004	7.095
Salários e ordenados	2.498	1.547
Despesas com viagens	1.672	1.793
Impostos e taxas	1.462	978
Despesas com exportação	1.439	347
Encargos sociais	663	599
Perdas com créditos a receber	1.564	678
Comunicação	29	81
Benefícios	193	152
Depreciações e amortizações	243	192
Feiras e eventos	963	784
Outras despesas	392	650
	<u>24.795</u>	<u>22.123</u>

19 Despesas gerais e administrativas

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Serviços de terceiros	7.964	9.000
Salários e ordenados	2.534	1.418
Benefícios	1.362	793
Depreciações e amortizações	586	479
Segurança patrimonial	310	244
Encargos sociais	673	534
Impostos e taxas	643	904
Água e esgoto	57	64
Despesas indedutíveis	8	5
Legais e judiciais	177	125
Despesas com viagens	245	210
Outras despesas	881	513
	<u>15.440</u>	<u>14.289</u>

20 Outras receitas operacionais líquidas

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas		
Créditos tributários (i)	11.373	7.443
Receita na alienação de bens	4.912	342
Receitas de aluguel	2	14
Outras receitas operacionais	(292)	95
	<u>15.995</u>	<u>7.894</u>
Despesas		
Contribuições federais sobre receitas financeiras	(479)	(751)
Complemento de provisão para contingências	(13.045)	(2.332)
Perda na alienação de bens	(5.394)	(1.549)
	<u>(18.918)</u>	<u>(4.632)</u>
	<u>(2.923)</u>	<u>3.262</u>

- (i) Saldo refere-se a: a) crédito tributário gerado pela “exigibilidade dos créditos de PIS e COFINS incidentes sobre a parcela da base de cálculo composta pelo valor de benefícios fiscais de ICMS”; b) créditos de contribuições sociais advindas do “Sistema S” (contribuições parafiscais – SESI, SENAI, SENAC, entre outras); e c) créditos de PIS e COFINS referente a tese da “essencialidade e relevância”.

21 Resultado financeiro

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas financeiras		
Variação cambial	12.049	7.794
Descontos obtidos	1.013	1.583
Juros ativos	147	94
Rendimentos de aplicações financeiras	<u>6.571</u>	<u>6.382</u>
	<u>19.780</u>	<u>15.853</u>
Variação cambial	(11.453)	(13.420)
Juros sobre Impostos	(626)	(665)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(4.618)	(4.716)
Descontos concedidos	(707)	(1.810)
Despesas bancárias	(132)	(79)
Juros passivos	(68)	(54)
Outras despesas financeiras	<u>(1.174)</u>	<u>(114)</u>
	<u>(18.778)</u>	<u>(20.707)</u>
	<u>1.002</u>	<u>(4.854)</u>

22 Imposto de renda e contribuição social no resultado

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro antes dos tributos	<u>63.568</u>	<u>51.215</u>
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados a alíquota nominal	<u>(21.613)</u>	<u>(17.413)</u>
Ajustes para apuração do imposto de renda e contribuição social efetivos:		
(+) Juros sobre capital próprio	4.367	3.166
(-) Adições / (+) exclusões temporárias, líquidas:		
Provisão para perdas de estoque e ajustes de inventário físico	-	(356)
Provisão para Contingências	(3.074)	(24)
Provisão para perda com crédito de liquidação duvidosa	399	(532)
Variação cambial por regime de caixa	828	(1.119)
Depreciação acelerada benefício Lei 14.871/24	999	999
(-) Adições permanentes	(49)	(120)
(+) Exclusões permanentes	5.503	-
(+) Efeito do adicional de 10% sobre R\$ 240	24	24
(+) Efeito PAT e outros	430	224
(+) Compensação do prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	2.379
Total do imposto de renda e contribuição social	<u>(12.186)</u>	<u>(12.772)</u>

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

23 Instrumentos financeiros

a Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados:

Descrição	Nota	2025	2024	Classificação
Ativos financeiros				
Depósitos bancários em conta corrente	4	2.266	14.698	(i)
Aplicações financeiras	4 e 5	71.503	44.211	(ii)
Contas a receber de clientes	6	59.445	59.987	(i)
Créditos a receber de partes relacionadas	13	1.018	1.697	(i)
Outros créditos		3.878	15.118	(i)
		<u>138.110</u>	<u>135.711</u>	
Passivos financeiros				
Fornecedores	10	5.687	9.309	(iii)
Empréstimos e financiamentos	11	46.019	31.813	(iii)
Adiantamento de clientes		3.491	6.233	(iii)
Contas a pagar - ex-cotista	13	-	2.509	(iii)
Mútuo a pagar com partes relacionadas	13	-	894	(iii)
Outras contas a pagar		409	1.968	(iii)
		<u>55.606</u>	<u>52.726</u>	

- (i) Ativos financeiros ao custo amortizado
(ii) Valor justo por meio de resultado
(iii) Passivos financeiros ao custo amortizado

b Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

Os principais fatores de risco que a Companhia está exposta reflete em aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégicos-operacionais (tais como comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura) são endereçados pelo modelo de gestão da Administração. A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle visando a liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia possui uma política conservadora de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros monitorada pela Administração, sendo que esta possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da Administração são:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de juros
- Risco de variação cambial

Essa nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital.

b.1 Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que submetem a Companhia a riscos de crédito de contraparte são representados, fundamentalmente, por aplicações financeiras, contas a receber de clientes e partes relacionadas. Os riscos de aplicações financeiras decorrem, principalmente, da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Companhia. Regularmente a Administração executa análise de crédito das instituições nas quais mantém relacionamento através de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, dentre outras. Aplicações financeiras são mantidas somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e liquidez.

Para mitigar os riscos do contas a receber de clientes, a Companhia adota como prática a análise das situações financeiras de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto, sendo que no caso de contas a receber decorrentes de vendas, a Companhia reconhece na data das demonstrações financeiras a perda com créditos esperadas – PCE, com base em análises econômicas por contraparte, em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização destes créditos.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Descrição	Nota	2025	2024
Ativos financeiros			
Depósitos bancários em conta corrente	4	2.266	14.698
Aplicações financeiras	4 e 5	71.503	44.211
Contas a receber de clientes	6	59.445	59.987
Créditos a receber de partes relacionadas	13	1.018	1.697
Outros créditos		3.878	15.118
		<u>138.110</u>	<u>135.711</u>

b.2 Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas pela área de tesouraria.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez.

As maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são:

	Nota explicativa	até 12 meses	entre 1-2 anos	2025	2024
Fornecedores	10	5.687	-	5.687	9.309
Empréstimos e financiamentos	11	11.978	34.041	46.019	31.813
Adiantamento de clientes		3.491	-	3.491	6.233
Contas a pagar - ex-cotista	13	-	-	-	2.509
Mútuo a pagar com partes relacionadas	13	-	-	-	894
Outras contas a pagar		409	-	409	1.968
		21.565	34.041	55.606	52.726

b.3 Risco taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A exposição a este risco está relacionada, basicamente, a aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e partes relacionadas.

Na data das demonstrações financeiras a Companhia possuía parte de recebíveis e os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, afetados pelas variações nas taxas de juros do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

Na data das demonstrações financeiras, a Companhia possuía seus financiamentos atrelados, substancialmente à taxa de juros prefixada e seus parcelamentos atrelados à Selic.

A administração da Companhia acompanha constantemente os riscos operacionais no sentido de sempre minimizá-los.

b.4 Risco de variação cambial

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

A Companhia está sujeita ao risco cambial nas vendas e empréstimos e financiamentos em moeda diferente de sua respectiva moeda funcional, no caso Real. Juros sobre empréstimos são denominados na moeda do empréstimo.

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos das contas a receber e dos empréstimos e financiamentos indexados ao dólar norte-americano montam, respectivamente, US\$ 1.589 (US\$ 2.326 em 2024) e US\$ 4.805 (US\$ 4.481 em 2024), equivalentes a R\$ 8.475 (R\$ 14.402 em 2024) e R\$ 25.625 (R\$ 31.809 em 2024).

b.5 Risco operacional

Os riscos operacionais são os riscos diretos e indiretos de perdas decorrentes de uma variedade de causas associadas aos processos da Companhia, assim como aos colaboradores, tecnologia e infraestrutura, além de fatores externos de mercado e de liquidez, como os decorrentes de ações legais e requerimentos regulatórios.

O objetivo da Companhia é gerenciar os riscos operacionais, assim como evitar as perdas financeiras e danos à reputação da Companhia, mediante procedimentos e políticas alinhados com as atividades e negócios.

A responsabilidade de desenvolver, implementar e monitorar controles para endereçar os riscos operacionais é da Diretoria da Companhia, sobretudo quanto a revisões periódicas desses controles e das políticas internas, a fim de garantir as implementações e funcionamento adequados.

c Gerenciamento do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. Para tanto, a Administração monitora a relação da dívida líquida em relação ao patrimônio líquido total.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de financiamento e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

d Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia não possuía instrumento financeiro derivativo e não efetuou aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados são condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

REDE GLOBAL MOORE

Uma rede mundial que atua há mais de 100 anos com personalidade local.

Isso garante proximidade ao cliente e profundo conhecimento da sua região de atuação, respeitando culturas e legislações.

CONTATO

Moore Prisma Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75
15º Andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP - Brasil

T 55 (16) 3019 7900
E moorerp@moorebrasil.com.br



www.moorebrasil.com.br

A Rede Global Moore e suas firmas-membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.